PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 003/2025
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE

INSTRUÇÕES:
➢ Esta avaliação deverá ser realizada individualmente, sem qualquer tipo de consulta.
➢ O tempo de realização será de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos e, no máximo, 120 (cento e vinte) minutos.
➢ Não serão aceitos gabaritos preenchidos a lápis.
➢ O gabarito deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta azul ou preta e assinado pelo candidato com o nome por extenso.
➢ Este Caderno de Questões é composto por 25 (vinte e cinco) questões objetivas, numeradas de 01 a 25, distribuídas da seguinte forma: 05 (cinco) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) sobre Consórcios Públicos e 15 (quinze) referentes ao conteúdo específico de cada cargo, conforme estabelecido no Edital nº 003/2025.
➢ Cada questão objetiva apresenta 4 (quatro) alternativas, das quais apenas uma é correta.
➢ É vedado ao candidato levar consigo o Caderno de Questões ou o gabarito.
➢ É expressamente proibido o uso de celulares, relógios, fones de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos durante a realização da prova do processo seletivo.
➢ O descumprimento de quaisquer destas regras implicará a anulação da avaliação.

INFORMAÇÕES DO CANDIDATO:		
NOME COMPLETO DO CANDIDATO:		
CPF:	**DATA: / /**	**FORMAÇÃO ACADÊMICA:**
ÁREA DE ATUAÇÃO: REFERÊNCIA TÉCNICA EM NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
ASSINATURA:		

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01:

Leia o trecho de Quincas Borba, de Machado de Assis:

E enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor; é a perfeição universal. Tudo chorando seria monótono, tudo rindo cansativo; mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas[1], soluços e sarabandas[2], acaba por trazer à alma do mundo a variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida.

(Quincas Borba, 1992.)

[1] polca: tipo de dança.
[2] sarabanda: tipo de dança.

De acordo com o narrador:

a) Os erros do passado não afetam o presente.
b) A existência é marcada por antagonismos.
c) A sabedoria está em perseguir a felicidade.
d) Cada instante vivido deve ser festejado.

QUESTÃO 02:

Já ouvi gente falando que o podcast é o renascimento do rádio. O rádio é genial, uma mídia imorredoura, mas podcast não tem nada a ver com ele. O formato está mais próximo do ensaio literário do que de um programa de ondas curtas, médias ou longas.

Podcasts são antípodas das redes sociais. Enquanto elas são dispersivas, levam à evasão e à desinformação, os podcasts são uma possibilidade de imersão, concentração, aprendizado. Depois que eles surgiram, lavar a louça e me locomover pela cidade viraram um programaço. Um pós-almoço de domingo e aprendo tudo sobre bonobos e gorilas. Um táxi pro aeroporto e chego ao embarque PhD em reforma tributária.

PRATA, A. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 7 jan. 2024 (adaptado).

Segundo a argumentação construída nesse texto, o podcast:
a) Tem um formato de interação semelhante ao das redes sociais.
b) Funciona por meio de uma frequência de ondas curtas.
c) Provoca dispersão da atenção em seu público.
d) Propicia divulgação de conhecimento para seus usuários.

QUESTÃO 03:

"Me vê uma manga bonita, por favor?", pede um rapaz ao feirante Luiz Souza Silva, de 47 anos. Ao receber o produto já dentro da sacola, o moço paga e vai embora. E Silva se apressa para explicar: "Fruta bonita precisa ser lustrosa por fora, ter brilho e sabor por dentro. As nossas são todas assim. O cliente nem precisa escolher muito".

Mais que papo de vendedor, ele sabe bem que uma das poucas coisas que não mudaram nos 25 anos em que mantém sua barraca na feira livre do Pacaembu, em São Paulo, é a preferência por alimentos de encher os olhos. O que pouca gente imagina é que, nesse campo, as aparências podem, sim, enganar. Nem sempre o vegetal mais bonito é o de melhor qualidade. "Basta ver os orgânicos, que costumam ser menores e mais feios, mas ao mesmo tempo são mais saudáveis porque não levam agrotóxicos", nota a nutricionista Elke Stedefeldt, da Universidade Federal de São Paulo.

BASÍLIO, Andressa (colaboradora). Disponível em: <https://saude.abril.com.br>. Acesso em: 6 abr. 2019, com adaptações.

A respeito dos elementos responsáveis pela coesão do texto, assinale a alternativa correta:

a) O substantivo "moço" (linha 2) refere-se ao termo sublinhado no trecho "pede um rapaz" (linha 1).
b) A suposta substituição do termo "de 47 anos" (linha 2) pela oração que tem 47 anos prejudicaria as relações estabelecidas no primeiro período.
c) No trecho "o moço paga e vai embora." (linha 2), a conjunção sublinhada relaciona duas orações por meio da ideia de oposição e, assim, garante a sequência textual.
d) Os pronomes "ele" (linha 5) e "sua" (linha 6) referem-se ao termo "um rapaz" (linha 1).

QUESTÃO 04:

As frases listadas a seguir mostram objetividade.
Assinale a frase em que o acréscimo feito tem valor subjetivo.

a) Os pais dos alunos se opuseram ao fechamento da escola / Os pais dos alunos se opuseram, através dos jornais, ao fechamento da escola.
b) Tóquio, assim como Londres, possui mais de cinco milhões de habitantes / Tóquio, assim como Londres, possui na atualidade mais de cinco milhões de habitantes.
c) O governo nigeriano não pretende aumentar os impostos / o governo nigeriano não pretende mais aumentar os impostos este ano.
d) O réu foi condenado à prisão perpétua após o julgamento / o réu, finalmente, foi condenado à prisão perpétua após o julgamento.

CISLESTE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE

QUESTÃO 05:

Das frases listadas a seguir, a única que mostra construção integral com a linguagem culta, é:

a) Não sabia que a gente tinha tantas armas nucleares. Para que precisamos delas?
b) O que diminui a criminalidade não é o tamanho da pena e sim a certeza da punição.
c) Me disseram que a história não é escrita por covardes.
d) Você não fez o que devia e vai ter de se virar para prestar contas do dinheiro.

QUESTÕES RELATIVAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE

QUESTÃO 06:

Em conformidade com a Lei nº 11.107/2005, a execução das atividades do consórcio público dá-se mediante a celebração de contratos específicos, a seguir detalhados:

a) Contrato de gestão e contrato administrativo.
b) Contrato de programa e contrato de rateio.
c) Contrato de convênio e contrato de financiamento.
d) Contrato de adesão e contrato de cooperação.

QUESTÃO 07:

Com base na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação e constituição de consórcios públicos, analise atentamente as afirmativas abaixo:

I. O protocolo de intenções é o instrumento básico para a constituição de consórcio público.
II. O consórcio público não pode ser formado por entes de esferas diferentes (como municípios e estados).
III. O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta dos entes consorciados.
IV. A lei exige que o protocolo de intenções seja publicado em imprensa oficial e ratificado pelos entes consorciados.

Quais estão corretas?
a) I, III e IV.
b) I, II, III e IV.
c) Apenas II e IV.
d) Apenas I e III.

CISLESTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE

QUESTÃO 08:

Considerando a Lei nº 11.107/2005, que dispõe sobre consórcios públicos, e a Portaria GM/MS nº 2.905/2022, que estabelece diretrizes e aspectos operacionais aplicáveis aos consórcios públicos no âmbito do SUS, julgue as assertivas apresentadas sobre a organização e atuação dos consórcios públicos de saúde:

I. Devem observar os princípios do SUS, tais como universalidade, integralidade e equidade.
II. É permitida a cobrança direta aos usuários pelos serviços de saúde prestados pelos consórcios.
III. A área de atuação do consórcio deve respeitar as diretrizes da regionalização em saúde, de acordo com o Planejamento Regional Integrado (PRI).
IV. Os serviços de saúde ofertados pelos consórcios devem estar em conformidade com a pactuação regional e a programação das ações e serviços do território.

Assinale a alternativa correta:
a) Apenas I e II estão corretas.
b) Apenas II e III estão corretas.
c) Apenas I, III e IV estão corretas.
d) I, II, III e IV estão corretas

QUESTÃO 09:

Com base na Lei Estadual nº 18.036, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento dos consórcios públicos no Estado de Minas Gerais, analise os itens da Coluna A, **que apresentam instrumentos e órgãos do consórcio público, e associe-os corretamente às funções descritas na** Coluna B**:**

Coluna A
I. Protocolo de intenções.
II. Contrato de rateio.
III. Contrato de programa.
IV. Assembleia Geral.

Coluna B

a) Estabelece as condições de financiamento e as contribuições dos entes consorciados.
b) Órgão deliberativo responsável por aprovar orçamento, estatuto e diretrizes do consórcio.
c) Instrumento jurídico inicial de criação do consórcio, que deve ser ratificado por lei.
d) Define a prestação de serviços públicos entre o consórcio e os entes federativos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) I–b, II–d, III–a, IV–c.
b) I–a, II–c, III–b, IV–d.
c) I–d, II–b, III–c, IV–a.
d) I–c, II–a, III–d, IV–b.

CISLESTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE

QUESTÃO 10:

De acordo com a Resolução SES/MG nº 5.173, de 08 de março de 2016, que estabelece os pré-requisitos a serem observados por Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) interessados em firmar parcerias com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), analise as afirmativas a seguir:

I. Todos os CIS que desejarem firmar parcerias com a SES/MG devem comprovar capacidade administrativa, financeira e técnica, conforme critérios estabelecidos pela resolução.
II. A resolução permite que CIS firmem parcerias sem apresentar qualquer documentação comprobatória de regularidade fiscal ou jurídica.
III. O cumprimento dos pré-requisitos da resolução é condição obrigatória para a celebração de convênios ou termos de parceria com a SES/MG.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a afirmativa I e II é verdadeira.
b) Apenas a afirmativa II e III é verdadeira.
c) As afirmativas I e III são verdadeiras.
d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

QUESTÃO 11:

Para garantir a plena execução de sua atividade administrativa e a prestação eficiente dos serviços públicos à população, o Estado organiza sua atuação em unidades de poder menores e mais especializadas.

Assinale a opção que apresenta uma característica da desconcentração.

a) Transferência de competências para entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que atuam de maneira independente do poder hierárquico do Estado.
b) Descentralização administrativa, em que o Estado delega a execução de políticas públicas a entidades privadas ou entes autônomos.
c) Execução direta de políticas públicas pelo Estado, sem subdivisão ou delegação de competências.
d) Distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica por meio da criação de órgãos públicos sem personalidade jurídica própria.

QUESTÃO 12:

Os entes que compõem a Administração Direta são considerados pessoas jurídicas de direito público.

Assinale a opção que apresenta uma característica, em regra, dos entes que compõem a Administração Direta.

a) Compõem-se de empregados públicos.
b) Seus atos administrativos não possuem presunção de legitimidade.
c) Seus créditos são pagos diretamente, sem necessidade de precatórios.
d) Compõem-se de servidores públicos.

QUESTÃO 13:

As empresas estatais, compreendendo as empresas públicas e as sociedades de economia mista, foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro com natureza jurídica de direito privado.

Uma característica das empresas estatais reside no fato de que:

a) A criação de empresas estatais depende exclusivamente de ato administrativo do Poder Executivo.
b) As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária admitida em direito, enquanto as sociedades de economia mista são obrigatoriamente constituídas sob a forma de sociedade limitada.

c) Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista estão sujeitas ao controle estatal.
d) As sociedades de economia mista são constituídas exclusivamente por capital público, enquanto as empresas públicas possuem composição mista de capital público e privado.

QUESTÃO 14:

A Constituição Federal de 1988 inovou em termos orçamentários. Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) já existisse no ordenamento jurídico brasileiro, foram instituídos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA), criando um sistema de planejamento integrado e harmônico de curto e médio prazo, compatível com o modelo orçamentário denominado Orçamento-Programa atualmente adotado no Brasil.

Assinale a afirmativa correta acerca das características do orçamento público brasileiro.

a) A LOA é uma lei de execução com duração de um ano, sendo elaborada em consonância com o PPA e a LDO, prevendo receitas e fixando despesas para o exercício financeiro.
b) O PPA é uma lei de curto prazo, com duração de um ano, e traz as metas e prioridades da Administração Pública.
c) A LDO é uma lei de médio prazo, com duração de quatro anos, e define os objetivos e programas estratégicos do governo.
d) A LDO pertence ao plano estratégico e traduz o conteúdo do PPA diretamente para o orçamento propriamente dito.

CISLESTE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE

QUESTÃO 15:

O Plano Plurianual (PPA) configura uma lei que tem por objeto a programação global de médio prazo a fim de promover a integração nacional destinada à consecução do desenvolvimento regional e nacional.

Assinale a opção que apresenta uma característica do PPA.

a) É um instrumento de planejamento de curto prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
b) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem autorização específica por lei, sob pena de crime de responsabilidade.
c) Emendas ao projeto de lei do orçamento anual podem ser aprovadas mesmo que sejam incompatíveis com o PPA, desde que sejam justificadas pelo Congresso Nacional.

d) Emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias podem ser aprovadas independentemente de sua compatibilidade com o PPA, desde que não alterem a meta fiscal.

QUESTÃO 16:

Imagine uma situação em que certa empresa pública não esteja promovendo a transparência ativa de suas informações, na medida em que não está veiculando dados que são de interesse público e que não estão abarcadas pelo sigilo.

Caso seja apresentado, por determinado interessado, pedido de acesso a tais informações, à luz do disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a afirmativa correta.

a) O deferimento do acesso às informações em análise depende da indicação dos motivos determinantes para a sua obtenção.
b) A mencionada empresa pública não tem a obrigação de fornecer as informações em questão, em decorrência de sua personalidade jurídica de direito privado.
c) A norma em comento impõe a proteção das informações pela aludida entidade administrativa, mas não a sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
d) O pedido de acesso a tais informações pelo mencionado interessado deverá conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

QUESTÃO 17:

Certo órgão da Administração Pública verificou a necessidade de promover uma contratação em que haverá transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia.

Considerando que a licitação é viável, diante da existência de mais de um fornecedor, as autoridades competentes, para analisar as peculiaridades acerca da necessidade de realizar licitação em relação à situação descrita, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021, concluíram corretamente que é:

a) Necessária a realização de licitação na modalidade leilão.
b) Possível dispensar a realização de licitação.
c) Impositivo o reconhecimento da inexigibilidade de licitação.
d) Admitida a licitação na modalidade convite.

QUESTÃO 18:

No exercício de suas atribuições, Durvalina precisa apreciar diversos processos administrativos, há muito represados no órgão em que atua, os quais versam sobre a validade de atos administrativos.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

a) A Administração tem o prazo de dez anos para revogar os atos administrativos eivados de nulidade insanável e o mesmo prazo para convalidar os vícios sanáveis.
b) Não há prazo para a Administração exercer o direito de anular os atos eivados de vícios insanáveis, aplicando-se o prazo de cinco anos apenas para os defeitos sanáveis.
c) Na análise da validade de atos que gerem efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial de cinco anos deve ser contado do primeiro pagamento.
d) Os atos que apresentam vícios insanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração a qualquer tempo, ainda que importem em prejuízos a terceiros.

QUESTÃO 19:

Com vistas a regulamentar as respectivas disposições constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) delimita como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência.

Nesse contexto, é correto afirmar que a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração para os Municípios, não poderá exceder o seguinte percentual da receita corrente líquida:

a) 20%.
b) 30%.
c) 50%.
d) 60%.

QUESTÃO 20:

No exercício de suas atribuições públicas, Amélia foi instada a se manifestar acerca da delimitação e do tratamento dos dados pessoais sensíveis dispostos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Nesse cenário, com base no mencionado Diploma Legal, assinale a opção que apresenta uma informação correta a ser prestada por Amélia.

a) Dados pessoais de saúde são considerados sensíveis, mas o respectivo tratamento pode ser realizado sem consentimento, quando for indispensável para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
b) O endereço, o telefone e a data de nascimento são dados pessoais sensíveis, de modo que o respectivo tratamento exige consentimento do titular, que não precisa, contudo, ser de forma específica e destacada.
c) Opiniões políticas ou dados sobre convicção religiosa não são considerados dados pessoais sensíveis, de modo que a eles não deve ser conferido o respectivo tratamento especial, submetendo-se, por conseguinte, aquele referente ao tratamento de dados em geral.
d) Dados genéticos e biométricos da pessoa natural não se enquadram como dados pessoais sensíveis, sendo certo, no entanto, que o seu tratamento apenas pode ser realizado mediante consentimento do titular, de forma específica e destacada, não sendo cabível a dispensa do consentimento ainda que indispensável para a realização de estudos por órgão de pesquisa e garantia à anonimização.

QUESTÃO 21:

No exercício de suas atribuições no âmbito da advocacia pública consultiva, Josefa se deparou com uma situação em que tem que elaborar um parecer obrigatório e não vinculante, sendo certo que a matéria objeto de análise é nova e intrincada, de modo que ela está com fundado receio de ser responsabilizada pela demora na respectiva elaboração, diante dos estudos que deverá empreender para a realização de tal mister.

CISLESTE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 9.784/99 acerca do tema, é correto afirmar que:

a) se o parecer em questão deixar de ser emitido por Josefa no prazo legal, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, devendo ela ser responsabilizada por ter dado causa ao atraso, mediante a demonstração de dolo em tal omissão.
b) na hipótese de o parecer em apreço não ser elaborado no prazo fixado em lei, o processo poderá prosseguir e ser decidido com a sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de Josefa pela omissão no seu atendimento.
c) considerando que o processo não pode prosseguir sem o parecer a ser elaborado por Josefa, ela poderá ser objetivamente responsabilizada pela sua omissão no exercício de tal atribuição.
d) caso o parecer em comento não seja elaborado no prazo estabelecido em lei, o processo poderá prosseguir, sendo imprescindível, contudo, a sua juntada posteriormente, não sendo cabível a responsabilização de Josefa pela omissão.

QUESTÃO 22:

O contrato individual de trabalho poderá ser interrompido ou suspenso. Acerca deste assunto, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma hipótese de interrupção do contrato de trabalho:

a) No caso de afastamento por doença, a partir do 16° dia, caso seja mantida a licença a ser paga pelo INSS.
b) Empregado eleito para o cargo de diretor, caso não haja subordinação jurídica inerente à relação de emprego.
c) A greve, em regra.
d) Pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

QUESTÃO 23:

O Código Civil de 2002 aborda causas de interrupção da prescrição. Sobre este assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A interrupção da prescrição, somente poderá ocorrer uma vez.
( ) É causa de interrupção da prescrição, a pendência de ação de evicção.
( ) É causa de interrupção da prescrição, o protesto cambial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V,V,V.
b) V,F,V.
c) V,F,F.
d) F,F,V.

CISLESTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE

QUESTÃO 24:

A compreensão adequada dos negócios jurídicos enquanto uma categoria estrutural da Teoria Geral do Direito Civil, exige análise em três planos estruturais distintos, quais sejam, plano de existência, plano de validade e plano de eficácia. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta:

a) O Código Civil disciplinou expressamente o plano da existência do negócio jurídico.
b) A capacidade do agente e a existência de objeto lícito, possível e determinado ou determinável está no plano da eficácia do negócio jurídico.
c) Ao analisar o plano da validade, o Código Civil determina que é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
d) O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

QUESTÃO 25:

Com base no disposto no Código Sanitário Estadual de Minas Gerais, relacione os instrumentos de atuação da Vigilância Sanitária apresentados na Coluna I com suas respectivas definições constantes na Coluna II.

Coluna I

1. Auto de Infração.
2. Termo de Interdição.
3. Notificação.
4. Multa.

Coluna II

( ) Medida administrativa destinada a suspender, temporária ou definitivamente, o funcionamento de estabelecimentos, serviços ou atividades que apresentem risco sanitário.
( ) Documento que registra a ocorrência de infração sanitária e dá início ao devido processo administrativo.
( ) Penalidade pecuniária aplicada em decorrência da prática de infração sanitária devidamente comprovada.
( ) Comunicação formal dirigida ao interessado para que proceda à correção de irregularidade constatada em inspeção.

CISLESTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE

Assinale a alternativa que apresenta a correlação correta:

a) 1–B; 2–A; 3–D; 4–C.
b) 1–C; 2–B; 3–A; 4–D.
c) 1–A; 2–C; 3–D; 4–B.
d) 1–D; 2–A; 3–B; 4–C.